

Campus USP Butantã: o saber crítico e a cidade

AUTORES

**Marcia Sandoval
Gregori***

marciagregori@
hotmail.com

**Carlos Guilherme
Mota****

cgsмота@terra.com.br

* Doutoranda na
Faculdade de Arquitetura
e Urbanismo da
Universidade Presbiteriana
Mackenzie

** Professor Titular de
História Cultural na
Faculdade de Arquitetura
e Urbanismo da
Universidade Presbiteriana
Mackenzie

Campus USP Butantã: el conocimiento crítico y la ciudad

Campus USP Butantã: the critical knowledge and the city

RESUMO

O estudo pretende verificar como a relação espacial da Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira (Campus Butantã da Universidade de São Paulo) com a cidade expressa uma segregação hoje apresentada com diferentes matizes da época de sua criação. Concebida para ser uma entidade autônoma, independente, destinada ao desenvolvimento do conhecimento, afastada do centro urbano, hoje em dia, com o crescimento da cidade, está dentro do tecido de São Paulo. Mas ainda se apresenta como espaço segregado da cidade, embora com diversas interpenetrações mútuas. A criação da Cidade Universitária evidencia a distinção do saber universitário como representação de uma cidade técnico-industrial de um país desenvolvido. Além de formas físico-espaciais, sua localização, sua disposição espacial e sua relação com a cidade expressam representações de sociedade, mentalidades. Hoje cercada pela cidade com todas as suas questões e peculiaridades, a Cidade Universitária exibe uma situação urbana que remete a algumas ideias condominiais como modo de se isolar do entorno. Com um modo de vida próprio, baseado numa ordem interna particular e na convivência entre semelhantes, o campus Butantã da USP procura por um lado evitar os conflitos da cidade à sua volta e ao mesmo tempo não pode se furtar a ser parte dela. É um convite à reflexão sobre as premissas e motivos da concepção desse formato, como ele acontece e quais suas marcas na relação universidade-cidade e universidade-sociedade.

RESUMEN

El estudio tiene como objetivo determinar cómo la relación espacial de la Ciudad Universitaria Armando Salles de Oliveira (Campus Butantã de la Universidad de São Paulo) con la ciudad expresa una segregación que ahora presenta matices diferentes a la época de su creación. Concebida para ser una entidad autónoma, independiente, destinada al desarrollo del conocimiento, lejos del centro urbano, actualmente, con el crecimiento de la ciudad, se ha incorporado a la trama de São Paulo. Sin embargo, aún aparece como un espacio segregado de la ciudad, aunque con diversas interpenetraciones mutuas. La creación de la Ciudad Universitaria muestra la distinción del conocimiento universitario como la representación de una ciudad técnico-industrial de un país desarrollado. Además de las formas físicas y espaciales, su ubicación, su disposición espacial y su relación con la ciudad expresan las representaciones de la sociedad, de las mentalidades. Hoy rodeada por la ciudad con todos sus problemas y peculiaridades, la Ciudad Universitaria exhibe una situación urbana que remite a algunas ideas "condominiales" como modo de aislarse del entorno. Con su propio estilo de vida, basado en un orden interno particular y en la convivencia entre semejantes, el campus Butantã USP, busca, por un lado, evitar los conflictos de la ciudad a su alrededor, al mismo tiempo que no puede evitar formar parte de ella. Es una invitación a reflexionar sobre las premisas y motivos de la concepción de ese formato, cómo se desarrolla y cuáles son sus marcas en la relación universidad-ciudad y universidad-sociedad.

ABSTRACT

The study aims to verify how the spatial relationship of the campus Armando Salles de Oliveira, Butantã campus from São Paulo University, with the city expresses a segregation now presented with different nuances from the time of its creation. Designed to be an autonomous, independent entity, aimed at developing knowledge, away from the urban center, now due to the growth of the city, it is within its tissue. But still appears as a segregated area of the city, albeit with several mutual interpenetration. The creation of

1. Introdução

the campus evinced the distinction of university knowledge as a representation of a technical-industrial city and a developed country. Beyond physical-spatial forms, its location and spatial arrangement as well as its relation with the city express representations of society, mentalities. Presently surrounded by the city with all its issues and peculiarities, the University City shows an urban situation that refers to condominium ideas as a way to remain isolated. With its own way of life, based on a particular internal order and coexistence between similar, the Butantã campus of USP demands on one hand to avoid the city's problems around it and at the same time the campus cannot help being part of it. It is an invitation to reflect on what assumptions and reasons for this design, how it happens and what are its brands at the university-city and university-society relations.

A implantação do Campus da Universidade de São Paulo (USP) se deu ao longo dos últimos 70 anos. Inicia-se com sua fundação em 1934, ainda sem lugar definido, passando pela escolha da área no Butantã, em 1944, e pela construção esparsa de edifícios durante várias décadas. Dentre as mais fortes referências para o desenho original do campus Butantã estão, em primeiro lugar, algumas universidades norte-americanas como Berkeley, Columbia e Harvard, cujos princípios também se verificam em Atenas, Roma e Madri (Fernandes, 2005: 60) e, de outra parte, as cidades-jardins inglesas, cuja inspiração orienta diversos loteamentos desenvolvidos pela Companhia City na cidade de São Paulo.

Tais modelos de referência preconizam a criação de conjuntos complexos em áreas que estão fora da malha urbana consolidada, com autonomia e divisão espacial funcional, contando não apenas com estruturas de ensino, como moradia, centro esportivo, centro cívico, áreas de convívio e lazer numa configuração parecida com um parque arborizado. Vários foram os planos urbanísticos desenhados e abandonados para a USP nessa trajetória, mas conserva-se no local o caráter de entidade autônoma, isolada da cidade, com sistema viário e regras próprias, independentes o mais possível do funcionamento urbano que acontece ao seu redor. A unificação pretendida a partir da centralização dos institutos, faculdades e escolas aconteceu em pequena proporção, com discreta integração de alunos, funcionários e professores na formação de um *corpus* pensante que discutiria os destinos da cidade e do país.

Ainda que esse *corpus* não se tenha formado plenamente tal como idealizado, a convivência entre diferentes semelhantes (diferentes tipos de pessoas igualmente ligadas à produção de conhecimento), a autonomia administrativa do espaço do campus e sua crescente impermeabilidade à dinâmica da cidade levam a refletir sobre como a situação geográfica da USP Butantã, originalmente distante e apartada do tecido urbano da cidade, ainda ecoa em sua relação física e imaterial com São Paulo: ao ser fechada aos domingos; ao negar sua utilização como parque pelos munícipes; ao considerar a possibilidade de impedir o tráfego da cidade em suas grandes avenidas; ao não levar em conta seu próprio impacto no tráfego da cidade; ao fechar o Hospital Universitário (HU) para atendimento da comunidade moradora de suas cercanias e ao diminuir significativamente sua atuação social.

Professores, e conseqüentemente alunos, encerram-se cada vez mais em seus departamentos e Faculdades, explicitando a vitória da fragmentação e do isolamento em detrimento de uma interdisciplinaridade qualificada. Suas vozes apartadas, cada vez menos se fazem visíveis na sociedade. Os debates acontecem entre pares, em departamentos, faculdades e entidades isoladas. Como afirma Russell Jacoby, os intelectuais passam a ser cada vez mais profundamente especializados em suas competências, mas não são “exatamente intelectuais *públicos*” (1990)¹.

Essa ambigüidade entre se proteger da violência do mundo exterior para viabilizar e estimular a produção acadêmica e, ao mesmo tempo, ser porção inevitável dele, é uma característica intrínseca do campus Butantã e acontece também nos *campi* norte-americanos. Nos últimos anos, entretanto, o discurso da eficiência, que salienta a crise financeira das universidades públicas e negligencia seu importante papel social para o país, tem sido hegemônico nos meios de comunicação e tem estimulado, em defesa da viabilidade financeira e da eficiência econômica, um olhar que questiona a atuação da universidade e sua necessária função crítica, às vezes com abordagens economicistas da finalidade universitária, ou com a neutralização de sua atribuição social, frequentemente desmobilizada nas discussões sobre sociedade, cidade e política. O efeito é um parcial isolamento mútuo universidade-sociedade, nefasto para ambas.

Tal discurso aparece não apenas em falas, reportagens, debates, mas se expressa na própria forma física que o campus adquire e assume dentro da cidade, a partir de regras e imposições oriundas, muitas vezes, da própria Prefeitura Universitária. Forma que se presta como metáfora para o papel

PALAVRAS-CHAVE

**Cidade
Universitária;
Universidade
de São Paulo;
Butantã;
São Paulo;
representação;
espírito
condomínial**

PALABRAS CLAVE

**Ciudad
Universitaria;
Universidad
de São Paulo;
Butantã;
São Paulo;
representación;
espíritu de
condominio**

KEYWORDS

**Campus;
University of São
Paulo; Butantã;
São Paulo;
representation;
Condominiums
Spirit religiosity**

Recibido:

07.04.2016

Aceptado:

15.09.2016

social da USP e seu lado segregador e elitizado. Neste sentido, cabe refletir sobre como se dá essa relação espacial da USP Butantã com a cidade de São Paulo e investigar como essa expressão concreta representa mentalidades e discursos hegemônicos que se adaptam ou se reiteram ao longo do tempo, sincronicamente com valores expressos pela sociedade na qual se insere.

O artigo procura abordar a Cidade Universitária sob a ótica da segregação, garantida pelo acesso preferencial de camadas sociais mais ricas, proprietárias de automóvel para acessar locais longínquos e que, posteriormente, passa a se dar a partir do espírito condominial que prevalece no Brasil e em São Paulo nos anos de 1980 e 1990, até hoje. Pretende-se verificar como essa ideologia aparece com maior ou menor intensidade na relação da Cidade Universitária com a cidade, a partir da análise da formação do campus Butantã da USP e de seu funcionamento na cidade e de mapas da região e da cidade de São Paulo. Assim, serão analisados os impactos das regras de funcionamento da universidade para a região do Butantã no sentido de integrar ou de segregar o espaço universitário na cidade.

2. O espaço urbano e sua dimensão social. Referencial teórico

São vários os autores que têm trabalhado com a questão do espaço e sua relação com as transformações nas dinâmicas sociais e suas possibilidades. Destacam-se arquitetos, urbanistas, geógrafos, antropólogos, sociólogos, entre outros, que se ocupam em tentar compreender como o espaço físico se articula com a sociedade e constitui espaços que tendem a reproduzir esquemas sociais dominantes, que procuram se perpetuar e como as políticas públicas participam desse processo.

A respeito dessas políticas, Ermínia Maricato (2000) aponta que o urbanismo brasileiro seria um exemplo de “ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias” porque, embora pretensamente seja uma ordem que se refere a todos, aplica-se apenas a uma

parcela da sociedade, reafirmando e reproduzindo desigualdades e privilégios” (Maricato, 2000: 121-122). Portanto, cumpre um papel ideológico ao “encobrir o motor que comanda os investimentos urbanos.” (Maricato, 2000: 124) Para Maricato, a crise do planejamento urbano só será superada por meio de

uma militância intelectual que impeça a consolidação de uma matriz que, sob forma nova, novos rótulos, nova marca, cumpra o mesmo e antigo papel de ocultar a verdadeira orientação dos investimentos ou dos privilégios nas cidades. Trata-se, também, de ousar apontar caminhos (Maricato, 2000: 188).

A universidade, portanto, deveria ter um papel de destaque e vanguarda na discussão e na proposição de novos caminhos para as cidades.

Segundo Teresa Pires do Rio Caldeira (2000), a segregação é uma característica importante das cidades, cujas regras de organização do espaço são padrões de diferenciação social e de separação, que variam cultural e historicamente, revelando os princípios estruturadores da vida pública e formas pelas quais os diferentes grupos sociais se inter-relacionam no espaço da cidade. Para a autora, desde os anos de 1980, vem se configurando uma forma de segregação que seguiu a duas primeiras fases por ela identificadas: a primeira, da cidade concentrada, onde viviam comprimidos os diferentes grupos sociais segregados por tipo de moradia, fase que se estende até o final do século XIX; a segunda, da metrópole organizada no binômio centro-periferia, na qual a segregação se dá pelas grandes distâncias, urbanização que dominou a cidade entre os anos de 1940 e 1980.

Nesta terceira fase destacada por Caldeira, o principal instrumento do novo padrão de segregação são os “enclaves fortificados”, cuja justificativa é o medo do crime violento. Esse instrumento promove mudanças espaciais fragmentadoras e transformam significativamente a vida e o espaço públicos. Nessas cidades fragmentadas por enclaves fortificados, os princípios de acessibilidade e livre circulação, dois dos valores mais importantes para as cidades modernas, estão ameaçados. Por outro lado, tais enclaves só foram possíveis graças ao

modelo de mobilidade baseado no automóvel (Caldeira, 2000).

Com a organização de movimentos oriundos dos bolsões periféricos de pobreza, que encontram seu espaço na vida política da cidade, o padrão centro-periferia, preponderante na forma urbana de São Paulo, deixa de representar as dinâmicas sócio-espaciais da cidade, passando a encontrar novos modelos de configuração para assegurar a segregação. Esses novos modelos, surgidos numa cidade já fragmentada espacialmente pelo padrão centro-periferia, se originam em uma dinâmica sócio-econômica de concentração cada vez maior de renda, melhorias na infraestrutura das periferias e, conseqüente, ida de suas populações para favelas ou cortiços². Junto a isso, surgem empreendimentos fortificados em regiões afastadas, agora já servidas de infraestrutura atraente para uma população com uma faixa de renda mais alta.

“Hoje São Paulo é uma cidade de muros”, afirma Caldeira. Uma cidade em que a qualidade do espaço público muda num sentido paradoxalmente oposto ao que se poderia esperar de uma sociedade na qual se consolida uma democracia formal. Para a autora, este

processo de ostensiva separação social cristalizado nas últimas décadas pode ser visto como uma reação à ampliação desse processo de democratização, uma vez que funciona para estigmatizar, controlar e excluir aqueles que acabaram de forçar seu reconhecimento como cidadãos, com plenos direitos de se envolver na construção do futuro e da paisagem da cidade (Caldeira, 2000: 255).

Pode-se aprofundar a compreensão do comportamento condominial da relação dinâmica e dialética da universidade com a cidade, enquanto expressão de mentalidades a partir da introdução da ideia de representação como formas e motivos sociais, configurações, matrizes de práticas diferenciadas que “têm por objetivo a construção do mundo social, e como tal a definição contraditória das identidades” (Chartier, 1990: 18). A questão não é recente nem exclusivamente brasileira. As diferentes representações informam os diferentes modos de apreensão do real e se constituem em

mecanismos pelos quais um grupo procura impor seus valores, seu domínio.

Ana Fani Alessandri Carlos (2001) reitera e corrobora algumas das colocações de Caldeira. De acordo com Carlos, a existência social produz espaços que têm dois aspectos fundamentais: um abstrato e outro real, concreto, no qual se realiza a vida humana. A análise desse processo de produção espacial, portanto, deve apresentar os momentos de reprodução da sociedade a que se refere, a dominação política existente, as formas de acumulação do capital e da realização da vida humana no território. Segundo a autora,

as transformações ocorridas na metrópole paulista apontam uma tendência, manifesta na prática socioespacial, segundo a qual os espaços se reproduzem cada vez mais em função das estratégias imobiliárias, e com isso limitam as condições e as possibilidades de uso do espaço pelos habitantes; isto é, cada vez mais os espaços urbanos, transformados em mercadoria, são destinados à troca, o que significa que a apropriação e os modos de uso tendem a se subordinar (cada vez mais) ao mercado. (...) o corpo e os passos estão cada vez mais restritos a lugares vigiados, normatizados, privatizados ou privados (Carlos, 2001: 37).

Nesta perspectiva, cabe acrescentar que a cidade de São Paulo, ao longo de aproximadamente um século, cultiva a imagem de cidade-global, embora ela esteja mais para uma “wannabe-world-city” (uma “desejante cidade-global”, em tradução livre). São Paulo funciona a partir desse imaginário e abre-se para influências internacionais como forma de se auto-afirmar nacionalmente, enquanto vanguarda no país. Por isso, referencia-se a modelos internacionais e replica ideologias importadas que aparecem num desenho urbano típico de países subdesenvolvidos no qual, diferentemente de países como os Estados Unidos, o crescimento urbano não se baseia na atuação do mercado, mas na exclusão de parte significativa de sua população dessa dinâmica econômica (Ferreira, 2007).

Tal processo de exclusão e segregação acentuadas aparece nas dinâmicas urbanas em geral e em particular no caso em estudo, da relação da

Cidade Universitária com a cidade de São Paulo e com a região do Butantã, com nuances peculiares. Envolvida pelo crescimento urbano da cidade, apropriada como parque e espaço cultural, o campus Butantã da USP debate-se entre integrar-se ao espaço urbano e discutir qualificadamente a questão crucial da segregação sócio-espacial que expressa características do sistema econômico ou fechar-se entre muros, negando a cidade com suas dinâmicas contraditórias e difíceis questões.

3. Da fundação à definição do sítio da Cidade Universitária

Segundo Marco Antonio Xavier (2005), até a década de 1930, em São Paulo, não há uma estrutura articulada de ensino superior, mas escolas isoladas, sem uma proposta curricular coordenada com preocupações e atuações comuns. As escolas, até então existentes, são fruto de iniciativas individuais de pessoas e de intelectuais ou da boa vontade de governantes (Xavier, 2005: 44). Para alguns empresários, políticos e intelectuais a educação é fundamental para inaugurar-se uma nova era, na qual a população letrada e a elite bem preparada (formada não só pelos proprietários de terras e produtores de café, mas por todos aqueles que tivessem formação superior e erudição para tratar de assuntos nacionais) fariam do Brasil uma potência. Há espaço físico disponível e os excedentes do café podem fornecer os recursos necessários para viabilizar o projeto.

A ideia se encaixa em um projeto maior de hegemonia cultural de São Paulo num momento em que, após a ascensão de Getúlio Vargas ao poder e o fracasso da reação paulista com a Revolução Constitucionalista de 1932, São Paulo perde hegemonia política e luta para manter seu papel de destaque. A ideia da universidade seria a de integrar os cursos já existentes, mas garantir um espaço privilegiado para a pesquisa e o desenvolvimento do país, a partir de São Paulo. Nesta concepção, tem papel fundamental a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que faria a integração, o desenvolvimento do conhecimento

nas diversas áreas, sendo a “*alma mater*” da USP.

A USP foi idealizada pelo chamado Grupo do Estado. Um grupo relativamente coeso de intelectuais, jornalistas, profissionais liberais e políticos do Partido Democrático (PD) que pensou a questão da universidade como um posicionamento político diante do cenário nacional, apontando São Paulo para um papel de destaque naquele momento. Em 1934, no significativo dia 25 de janeiro, assinase a Lei Estadual nº 6283 que cria a USP, com sede na capital. Associada à coragem e rigor jesuítas e à valentia bandeirante, a data, não por acaso, assinala a importância da nova Universidade para a vida e para o imaginário paulistano. No mesmo ano, poucos meses depois, são criados os estatutos da USP. Seu local, no entanto, embora necessário para suas atividades acadêmicas que deveriam acontecer mediante a integração de conteúdo e proposta curricular, assim como com o convívio e a proximidade dos edifícios, professores e alunos, ainda não está escolhido nem tem forma definida.

Mas, alguns princípios norteadores estão claros: a USP

não deveria ser uma “Sorbonne”, integrada ao tecido urbanizado da cidade, nem a cidade deveria continuar como “burgo de estudantes”. A USP deveria ser uma “universidade bandeirante”, marchando para novas terras no oeste, conquistando territórios (Xavier, 2005: 45).

Ressalte-se, portanto, que a escolha do local no Butantã, efetivada em 1944, é bastante adequada à imagem da cidade conquistadora e desbravadora, de “*alma bandeirante*”³, de vocação para metrópole industrial, a “locomotiva do Brasil”. Olhando para o oeste em sentido oposto ao litoral, a definição marca esse imaginário e também a conquista civilizadora do interior do Estado e do restante do país⁴.

Uma Comissão da Cidade Universitária (CCU) coordenada por Reynaldo Porchat, da Faculdade de Direito, e composta por Alexandre Albuquerque, Ernesto de Souza Campos, Ernesto Leme, Fernando de Azevedo, Afrânio do Amaral e Mário de Andrade, então diretor do Departamento Municipal de Cultura, foi incumbida de discutir o local de

implantação⁵. Indica uma área compreendida entre a Faculdade de Medicina, na Av. Doutor Arnaldo, desde 1931, e o Instituto Butantan, mas o número elevado e o custo das desapropriações acabam por restringir a área à Fazenda Butantan.

O local fica entre a Estrada de Itu, a adutora de Cotia, o ribeirão Jaguaré e o Rio Pinheiros totalizando cerca de 200 alqueires e é definido pelo interventor de São Paulo, Armando de Salles Oliveira, cujo nome foi adotado para o campus da USP. Localizado ao lado do Instituto Serumtherápico (laboratório do Instituto Bacteriológico que se instalara na Fazenda Butantan em 1899, hoje Instituto Butantan), a gleba destinada à implantação da Cidade Universitária fica a cerca de 11,5 km da Praça da Sé, numa área urbana ainda bem pouco ocupada à época e marcada por rotas de penetração para o interior paulista e para o sul do país.

4. O marco da mudança da FFCL do centro da cidade para o Campus na ocupação paulatina da Cidade Universitária

Entre 1944 e 1968, alguns poucos edifícios já estavam instalados na Cidade Universitária, como o edifício do acelerador Betatron (1948); o Pavilhão de Alta-Tensão (1951); o edifício do acelerador Van der Graaf (1952); o edifício Basílio Jafet, da Física (1955); o edifício Alessandro Volta, também da cadeira de Física (1959); o edifício do Departamento de Botânica (1959); e o edifício da Faculdade de História e Geografia (1966). Nessa época, as cadeiras de Física e Biologia ainda pertenciam à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Havia também o edifício do Biênio da Poli (1961-62), o Departamento de Engenharia Mecânica e Naval (1965) e o Conjunto Residencial da USP, o CRUSP (1963).

Em 1969, em pleno regime militar e em meio aos confrontos com grupos paramilitares infiltrados entre os mackenzistas, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que desde o início fora concebida como a espinha dorsal da universidade, mas que, paradoxalmente, nunca tivera um espaço próprio construído para tal fim, foi transferida da rua Maria

Antonia, onde se situa desde 1949, para o Campus do Butantã, estabelecida em local provisório na Cidade Universitária, até final dos anos 1970. Para Franklin Leopoldo e Silva, trata-se de uma ação clara, cujo objetivo é enfraquecer o polo de resistência e crítica (papéis fundamentais para uma universidade) que se configura na Faculdade de Filosofia:

Assim se explica o acordo tácito entre a autoridade civil, a autoridade militar, o esquema paramilitar mackenzista e a própria USP: mesmo sem poder e sem recursos, a Faculdade de Filosofia se havia tornado a espinha dorsal da Universidade enquanto crítica e resistência, e essa espinha precisava ser quebrada (Silva, 2005: 91)⁶.

Dentro da USP, a “comissão secreta”, formada em 1964, era integrada por como Moacyr Amaral dos Santos, da Faculdade de Direito, Jerônimo Geraldo de Campos Freire, da Faculdade de Medicina e Theodureto I. de Arruda Souto, da Escola Politécnica. A comissão criada por Luís Antônio da Gama e Silva, Reitor da USP, destinava-se a investigar e apontar “focos de subversão” na universidade, tendo recomendado, ao final dos trabalhos, a cassação dos direitos políticos de 52 membros da USP, entre professores, alunos e funcionários. “Esses representantes das ‘grandes escolas’ eram todos elementos de confiança do Reitor” e é no mínimo sugestiva sua participação no esforço de quebrar a importância da FFLC dentro da USP e da cidade de São Paulo (Borsari e Pomar, 2004: 17).

Logo depois, em 1970, cria-se a Prefeitura Universitária para administrar as áreas externas dos edifícios do campus, como portarias, sistema viário, iluminação, sinalização, áreas verdes, guias e calçadas. O próprio nome, prefeitura, sugere a ideia de que o campus é um espaço à parte na cidade e, portanto, constitui-se numa espécie de espaço segregado, ou enclave. O trabalho da prefeitura é administrar os funcionários (terceirizados ou não), que realizam os serviços acima listados nas áreas comuns do campus. Algumas decisões são tomadas autonomamente pela Prefeitura da USP, outras devem passar por discussões no Conselho Universitário ou pela Reitoria.

5. Expansão de São Paulo: incorporação do Campus pelo tecido urbano

Com a expansão da urbanização de São Paulo, o campus Butantã foi, pouco a pouco, sendo incorporado ao tecido urbano da cidade, mas, em certos aspectos, sob a forma “condomínial”, como enclave fechado, sobretudo a partir de 1995 (figuras 1 a 4). Suas características originais de isolamento e segregação pela distância se perdem e, hoje, a Cidade Universitária está no meio de uma região marcada por intensas diferenças sociais e confinada por estruturas geográficas e urbanas bastante díspares: a marginal do Rio Pinheiros, o City Butantã (bairro estritamente residencial), a avenida Corifeu de Azevedo Marques (onde se localiza a favela São Remo) e os galpões da avenida Escola Politécnica, que vem sendo paulatinamente ocupada por novos empreendimentos imobiliários destinados a um público consumidor de renda média a alta.

O grande número de habitantes da cidade de São Paulo, a carência de espaços públicos de lazer e a proximidade de outros municípios levaram os moradores da metrópole a ocupar o Campus Butantã da USP como um parque nos finais de semana. Cerca de 100 mil pessoas utilizavam o “parque” aos sábados, sendo 65 mil somente aos domingos. Além do espaço verde que a Cidade Universitária disponibilizava para os cidadãos, havia uma série de outros atrativos culturais e esportivos para o grande público tais como museus, shows e competições.

NOTAS

6. São Paulo e o Butantã: 1924 a 2015



Figura 1. Detalhe de mapa da mancha urbana da cidade de São Paulo em 1924. O Instituto Butantan já estava instalado, mas a área que futuramente seria ocupada pela USP ainda aparece vazia e com zonas alagadiças. Em amarelo a área aproximada da futura instalação do Campus Butantã da USP. Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano de São Paulo. Disponível em [http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico].

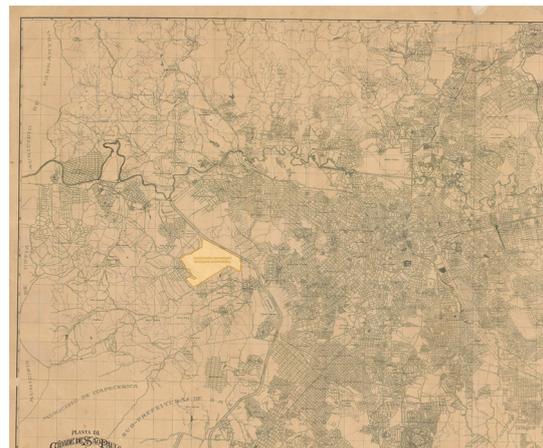


Figura 2. Detalhe de mapa da mancha urbana da cidade de São Paulo em 1943. Nota-se que a região ainda era ocupada esparsamente por loteamentos afastados. O rio Pinheiros estava retificado e o bairro da Cidade Jardim e o Jockey Club já aparecem. Em amarelo a área aproximada da futura instalação do Campus Butantã da USP. Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano de São Paulo. Disponível em [http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico].

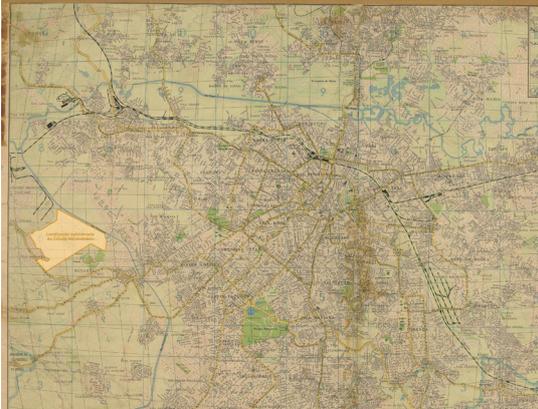


Figura 3. Detalhe de mapa da mancha urbana da cidade de São Paulo em 1951. Destaque para a região do Butantã onde já se encontrava a Cidade Universitária com sistema viário desenhado. Esse arruamento não foi implantado tal como está desenhado, como se poderá verificar em mapa mais recente, apresentado mais adiante. Em amarelo a área aproximada da implantação do Campus Butantã da USP. Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano de São Paulo. Disponível em [http://smdmu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico]

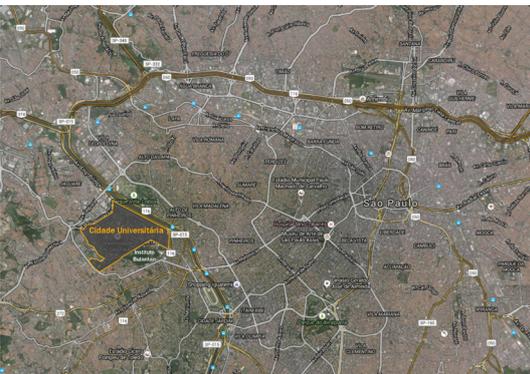


Figura 4. Mancha urbana da cidade de São Paulo em 2015 com a Cidade Universitária em destaque e sua posição relativa ao centro da cidade. Nota-se a urbanização intensa da área ao redor do campus, diferente dos mapas anteriores, que apresentam ocupações esparsas e ainda incipientes. Fonte: Google Maps

Esse uso cultural, no entanto, passa a ser bastante mais restrito quando do fechamento dos portões da Cidade Universitária em 1995, na gestão do reitor Flávio Fava de Moraes (1993-1997). O fechamento é, no mínimo, polêmico. Por um lado, defendeu-se que a universidade deve servir à população, uma vez que vive do dinheiro da arrecadação de impostos. Os partidários dessa ideia sugerem um aumento da fiscalização e o policiamento, ao invés do fechamento dos portões. Por outro, há aqueles que acreditam que o fechamento é necessário para proteger o espaço da USP e garantir o uso

adequado de seus equipamentos. No meio-termo ficam aqueles que sugerem restrições sem fechamento. A justificativa para o fechamento é de que este serve para preservar o patrimônio da USP, que é, cabe lembrar, um patrimônio público, e que o acesso seria garantido a eventos previamente agendados.

Há, ainda, uma outra questão não oficializada sobre a suposta ideia de implantação de uma estação de metrô dentro da USP. Seguindo na mesma diretriz de que não seria desejável ter muitos cidadãos dentro do campus, essa possível estação nem chegou a ser divulgada, ficando tal ideia (se é que de fato houve) restrita ao alto escalão decisório da Cidade Universitária, sendo ali mesmo descartada.

O fato é que o Campus Universitário Armando de Salles Oliveira, que em sua fundação trouxe o desejo de certo isolamento para o desenvolvimento do saber e do conhecimento nas mãos de uma elite, depois de envolvido pela cidade de origem da qual se afastara, volta a procurar novo isolamento, alimentando uma imagem de saber elitizado e segregado que pouco serve para a sociedade que a sustenta e a viabiliza.

7. O Campus Butantã hoje. Dinâmicas e limitações urbanas

Hoje, a Cidade Universitária tem uma prefeitura uma reitoria e um Conselho Universitário, que discutem as políticas de pesquisa, docência e de funcionamento do campus. Desde 1995, fechado para o cidadão que não é aluno ou funcionário aos domingos e feriados, o Campus Butantã não assume mais a função de parque público nesses períodos.

A partir desta data não há mais shows abertos na Cidade Universitária. Os eventos, que aconteciam com frequência nos anos 1980 e início dos 1990, levavam milhares de pessoas para os espaços abertos da USP, como a Praça do Relógio e a Concha Acústica, mas causavam transtornos para edifícios devassados como o da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. É significativo que tais eventos culturais, que também aconteciam regularmente no Parque

do Ibirapuera, tenham deixado de ocorrer na primeira década dos anos 2000, ficando os eventos de qualidade nacional e internacional apenas nas mãos de produtoras a preços altíssimos, reiterando o processo de segregação de que se trata. O acesso é para os poucos que podem pagar e o poder público não se responsabiliza pela democratização de tais eventos, porque a manutenção de seu patrimônio é custosa e põe em xeque a gestão empresarial do estado.

No entanto, cabe lembrar, para ajudar a compreender o quanto a cidade está dentro da universidade e vice-versa, ao lado da Cidade Universitária, mostrando a cara do Brasil da diferença, se instalou e continua se expandindo a favela São Remo, com uma passagem de pedestres para o campus e onde muitos dos funcionários da USP vivem. O muro separador, que atesta a distinção do saber diante da pobreza, mostra suas fragilidades e apresenta certa permeabilidade.

Sob a perspectiva da mobilidade urbana e do tráfego da região, a inserção da Cidade Universitária no tecido urbano paulistano tem enorme influência nas áreas adjacentes e muito desse impacto se deve a suas próprias regras de funcionamento. Por uma conveniência interna da USP, caminhões e veículos de carga devem, obrigatoriamente, entrar no campus pelo Portão 2, definição pouco e mal sinalizada, o que faz com que vários veículos que chegam à região pelas marginais ou pelas estradas do sul tenham que dar a volta em toda a área do campus para acessar a portaria de entrada, causando grande impacto nas vias do Butantã, cujas dimensões e disposição espacial não são adequadas para este tipo de tráfego (Figura 5).

Some-se a isso o fato de que, diariamente, milhares de pessoas acessam a USP Butantã, muitas, de carro. O enorme fluxo de veículos nos horários de entrada e saída dos cursos pela manhã e no início da noite causam um forte impacto no tráfego do Butantã, cruzando a ponte e atingindo, inclusive, as franjas do Alto de Pinheiros e da Vila Beatriz, próximas à praça Panamericana. Tal conjuntura sugere que o acesso à USP, por transporte coletivos de qualidade integrados a outros modais, como a bicicleta e o andar a pé, e a circulação dentro do campus deveriam ser considerados prioritários em sua relação com a cidade.



Figura 5. Configuração atual da Cidade Universitária da USP, no Butantã. Observa-se que o sistema viário indicado no mapa de 1951 foi alterado significativamente. Em vermelho, as indicações dos atuais portões por onde se dá o ingresso oficial no campus. Há outros portões de pedestres não oficiais próximos à favela São Remo e à Vila Indiana. Fonte: Google Maps.

8. O Campus Butantã da Universidade de São Paulo em 2015

Seria desejável, ainda que com necessária atenção especial, haver ao menos uma estação de metrô no Campus Butantã. A medida facilitaria o acesso à Cidade Universitária, mas abriria seu espaço a grandes contingentes de visitantes, talvez indesejados. Configuraria, também, a definitiva inserção da USP na cidade, convidando seus moradores a acessarem-na mediante transporte público, embora todo seu desenho, com edifícios afastados em sua grande área e largas avenidas, tenha sido pensado para o automóvel. O incômodo do deslocamento seria suprido por linhas internas de ônibus, nos moldes dos antigos circulares, mas reconfigurados, que fariam a integração com o metrô e acessariam os equipamentos esportivos, os museus e bibliotecas, os institutos, escolas e faculdades do campus. Tudo isso sem falar na questão das ciclovias e ciclofaixas que estão na cidade e serão desenvolvidas também dentro do campus.

Com relação à inserção mais local, sabe-se que região do Butantã não tem hospitais públicos. O HU era utilizado como hospital público, tão necessário na região. Em 2014, com a discussão sobre a inviabilidade financeira da USP e o

corte de pessoal, decidiu-se que o HU não mais atenderia aos moradores do Butantã. A medida, além de altamente impopular e profundamente questionada pelos médicos e pela comunidade da USP, prevalece. Vem da linhagem do ideário do Estado eficiente, cujo papel é não dar prejuízo, quiçá lucro, ao invés de ser aquele que deve promover justiça social. Ou seja, linhagem daqueles que defendem um Estado gestor, ou, como coloca Paulo Arantes, “administrado por gestores, síndicos, no grande condomínio que é o Brasil” (Arantes, 2015).

Há, ainda, a questão da violência. Presente na vida urbana de São Paulo e altamente divulgada e discutida nos meios de comunicação, a violência atinge também, como não poderia deixar de ser, o território da Cidade Universitária. Nos últimos cinco anos, houve vários casos de estupro, assaltos e até assassinato dentro da USP. Os episódios servem para justificar o fechamento do campus, mas pensando numa perspectiva mais otimista e social, poderiam induzir a ações concretas de proteção das pessoas e deveriam ser usados para a reflexão sobre a sociedade na qual se insere o conhecimento acadêmico, e como esse conhecimento pode ser posto a serviço de mudanças profundas e qualitativas nas relações, hoje baseadas na segregação e discriminação, e não no sentido de se conquistar uma nova cidadania.

Segundo Safatle (2015), assim como para Caldeira, o afeto que circula no condomínio é o medo. Medo que garante a lógica crescente da invasão constante e que justifica fechamentos, instalação de sistemas de proteção e de vigilância. Trata-se, no dizer de Christian Dunker (2015), de uma psicopatologia social. É um sintoma do desajuste da sociedade, que acaba sendo reproduzido pela universidade, em contraposição ao seu papel de pensamento precursor. O jogo dialético de fazer parte da sociedade e, simultaneamente, pensá-la criticamente exige que a universidade esteja, ao mesmo tempo, imersa (para não dizer afogada) nesta realidade, e que seja capaz de problematizá-la sem reproduzir suas patologias sociais. Como ilha segregada, fica neutralizado esse papel fundamental.

São recorrentes as ações da prefeitura e da reitoria da USP no sentido de organizar o fluxo de pessoas e de veículos dentro do campus. O problema, mais

que interno e aí solucionável, deve-se ao fato de que a universidade faz parte da sociedade e da cidade em que se instala e, por isso, sofre os efeitos das dinâmicas sociais nelas engendradas. O pior dos cenários é, certamente, o fechamento arbitrário e tecnicamente justificado das áreas comuns da Cidade Universitária, que reitera a lógica do encerramento murado da mentalidade condominial. Mais desejável seria que a universidade pudesse debater e se debruçar sobre essas questões não de um ponto de vista afastado, mas como integrante inseparável dessas dinâmicas e eticamente responsável pela crítica ao modelo de produção do espaço da cidade, não devendo se furtar a participar dessa relação e propor outras alternativas que possam inclusive servir de modelo para a cidade.

Como aponta Paulo Mendes da Rocha em entrevista ao jornal *El País*, tirar o ensino universitário da cidade foi um “ato falho”, pois não havia condução para se chegar à Cidade Universitária. Ou seja, “tiraram os estudantes justamente da área central, porque ele era muito politizado e por qualquer coisa estava na rua” (Rocha, 2015). Pode-se indagar, por exemplo, se a “Carta aos Brasileiros”, redigida e lida por Goffredo da Silva Telles em repúdio à ditadura militar em 1977, também assinada por Fábio Konder Comparato, Antônio Cândido, entre outros intelectuais de renome, bem como toda a intensa troca que se dá entre a cidade e a Faculdade de Direito do Largo São Francisco seriam possíveis caso a Faculdade estivesse enclausurada no Campus Butantã. Como pode acontecer o debate vivo, aquele que acontece nos bares, cafés, nas ruas, na vida cotidiana, se a universidade está apartada da vida urbana e a linguagem intelectual não mais conversa com o cidadão, mas fica encerrada entre seus pares?

9. Considerações finais

Se durante os longos anos de sua construção a USP representa a distinção e a importância do saber científico na consolidação de um país desenvolvido técnica e socialmente, e a conquista das regiões afastadas do estado e do país, impõe-se refletir sobre qual o papel destinado hoje à universidade

e, particularmente, à universidade pública na discussão sobre as questões urbanas e dinâmicas sociais do país.

Aqui é necessário distinguir dois momentos. O primeiro culmina com a fundação da USP e a escolha do local de seu novo campus, onde a segregação se dá através da distância e da excelência, mas que, em virtude da situação geográfico-espacial, não está ainda perpassada por ideias condominiais, situação verificada no segundo momento. Neste primeiro momento, há um projeto de direção do país conduzido por uma elite paulista, a partir da produção de conhecimento de vanguarda. No segundo momento, com a inserção do campus no tecido urbano, se estabeleceu a segregação a partir de uma postura que se serve da ideologia do condomínio, justificada pelo vandalismo e a violência. Narrativa conveniente para manter a segregação entre o campus e a cidade, característica já presente no projeto original, e que transforma a Cidade Universitária num enclave físico.

Mas o sistema dominante e sua necessidade de segregação em nome da excelência vale-se de muitos recursos para manter o isolamento, como por exemplo o pensamento condominial. Ele concretiza fisicamente a segregação e afeta não só a implantação do campus da USP e sua inserção na cidade, como sua atuação social e política, uma vez que toda a universidade e, sobretudo, as universidades públicas devem ser o espaço da crítica e da proposição de reflexões sobre os caminhos da sociedade brasileira e não templos de eficiência do capital ou de reiteração de ideologias dominantes.

Está claro que a proteção do patrimônio material da USP, bem como a garantia de que em seu espaço se constituam lugares de produção do conhecimento, pesquisa, ensino e pensamento crítico com um tempo/ritmo que difere da velocidade acelerada da grande cidade e da indústria, é necessária, importante e precisa ser pensada e discutida coletivamente. Mas, a segurança material não deve nem pode justificar o encerramento do patrimônio imaterial, formado por professores, funcionários e alunos no exercício do fazer da pesquisa, da docência e da produção de conhecimento crítico. A menos que se suponha que tal justificativa esteja a serviço, exatamente, de uma desqualificação desse

fazer crítico, de um desmonte da universidade que se serve de seu isolamento para neutralizá-la. Neste caso seria então muito mais necessária a discussão e revisão cuidadosa de tal colocação.

A reflexão que se procura fazer aqui é sobre como na dinâmica desenvolvida entre a cidade e a universidade, que ecoa dinâmicas sociais, o imaginário segregador, e hoje condominial aparece tanto no olhar da cidade para a universidade, quanto no sentido inverso. Tal imaginário aflora e se reitera quando, por um lado, cidadãos veem como privilégios o espaço e a qualidade das instalações do campus e, por outro, quando a Cidade Universitária se fecha às possíveis penetrações da cidade para proteger seu patrimônio, embora este não tenha razão de existir sem a cidade e a sociedade que o cerca.

O debate não é novo. Em texto de 1986, o Grupo de Estudos para implantação do Instituto de Estudos Avançados (IEA-USP) afirma que a USP precisa ser reconhecida socialmente como instituição pública e romper com o burocratismo nela instalado, que a “retirou da cena político-cultural nacional” (1986)⁷. E tal feita só seria possível mediante a criação de novos mecanismos de promoção das ciências, das artes e de seus agentes e da própria sociedade.

É importante ressaltar, porém, que, ao se colocar a questão da permeabilidade e da troca da universidade com a sociedade, em nenhum momento sugere-se que tal permeabilidade deva se dar no sentido mercantilista de inclusão do conhecimento universitário na cadeia produtiva industrial da cidade ou do país, ou do loteamento da universidade para fins privados. Ela deve ser pensada a partir de uma relação dinâmica entre as partes, sendo que a universidade deve contribuir com a reflexão crítica sobre os processos urbanos e sociais que acontecem e talvez protagonizar, como coloca o professor José Guilherme Cantor Magnani, “algum evento capaz de sintetizar e simbolizar o papel, lugar e especial contribuição de sua instituição na cidade da qual faz parte” (Magnani, 2005: 88).

Neste sentido, se as formas de exclusão e encerramento que configuram transformações espaciais nas cidades são “parte de uma fórmula que elites em todo mundo vêm adotando para

reconfigurar a segregação espacial de suas cidades” (Caldeira, 2000), cabe à universidade problematizá-las criticamente para não repeti-las simplesmente ou mesmo reiterar a produção da “arcaica cidade-global” de que fala Ferreira (2007). Ou, como coloca Ana Fani Carlos,

é preciso construir uma problemática urbana que não se reduza à cidade, mas que diga respeito à vida do homem na sociedade em constituição. (...) Assim, o sentido e a finalidade da cidade como construção histórica é o homem, que vem sendo reduzido à condição de usuário da cidade, frequentemente relegado a coadjuvante (2001: 361).

O enfado que toma conta das universidades, apontado por Jacoby (1990) nos Estados Unidos da América, é causado pelo despreço pela cultura pública, que no Brasil “possui leve tom oligárquico” (Mota, 2011: 382). Diante de tal modelo social, que já percebe preconceitosamente o lugar da produção de conhecimento crítico e que apenas espera novos argumentos para acusá-lo de elitista e pouco útil (aos olhos do mercado), uma postura crítica que não reproduz os modelos hegemônicos é fundamental e será fundamental para recuperar o papel essencial da universidade como elaboradora do pensamento que se antecipa na sociedade e na produção do espaço da cidade. Seguindo como está hoje, a USP pode acabar ocupando um não-lugar de duplo risco, acentuado pela divisão ideológica do trabalho intelectual. De um lado, pode ser apropriada definitivamente pelas forças de mercado, pondo a perder seu verdadeiro significado de universidade pública. De outro, poderá perder qualquer credibilidade junto à sociedade, ao não se inserir de maneira ativa e efetiva nela e na cidade.

¹ Para Jacoby, os intelectuais encerrados nas universidades não carecem de talento, coragem ou postura política, mas falta-lhes o domínio de uma linguagem pública, o que resulta na falta de impacto público de sua produção. Embora trate da intelectualidade estadunidense, o fenômeno pode ser observado hoje no Brasil

² Há um importante recorte racial paralelo à segregação. Retrato da sociedade brasileira, funcionários são mais negros do que alunos e professores. Recorde-se, ainda, a vinda do prof. Richard Morse para proferir palestra no Conselho Universitário, que, acompanhado de Emerante de Pradines, sua esposa negra, e causou espanto e desconforto em parte da comunidade uspiana da época.

³ Convém ressaltar que o Bandeirante é uma construção ideológica adotada pela cidade de São Paulo que não necessariamente corresponde à real figura e sua inserção no Estado paulista. Segundo Vianna Moog, o caso de São Paulo se associaria muito mais aos pioneiros do que ao Bandeirante, visto que este não foi o povoador das terras virgens de portugueses, mas os colonos pioneiros que ali se instalaram. Ou seja, toda imagem é uma construção idealizada que exige um olhar cauteloso, pois remete a ideias nem sempre verdadeiras. In MOOG, Vianna. *Bandeirantes e pioneiros: paralelos entre duas culturas*. Rio de Janeiro: Graphia, 2006.

⁴ Cf. nota 2.

⁵ Note-se a significativa ausência de Sérgio Milliet em tal comissão.

⁶ Franklin Leopoldo Silva. *Universidade, cidade, cidadania*. Em: UNIVERSIDADE de São Paulo/Centro de Preservação Cultural. *Cidades Universitárias. Patrimônio Urbanístico e Arquitetônico da USP/Centro de Preservação Cultural*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado, 2005. Do mesmo autor outros títulos tratam do papel do intelectual e da universidade nas dinâmicas urbanas e sociais.

⁷ No texto os objetivos gerais do IEA-USP deixam clara a preocupação do Grupo de Estudos com a interdisciplinaridade, com as investigações “de ponta” do pensamento contemporâneo e suas trocas com correntes intelectuais significativas, com a articulação entre Universidade e sociedade e a troca de conhecimento com outros países.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (2000). *A cidade do pensamento único: desmanchando conceitos*. Petrópolis: Vozes, 2000.

BORSARI, H. D.; POMAR, P. E. da R. (coord). (2004). *Editorial. O Controle Ideológico na USP : 1964-1978 / Associação dos Docentes da USP*. São Paulo: Adusp.

CALDEIRA, T. P. R. (2000). *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34/Edusp.

CARLOS, A. F. A. (2001). *Espaço-tempo na metrópole*. São Paulo: Contexto.

CHARTIER, R. (1990). *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel/ Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Debate sobre lançamento do livro de Christian Dunker "Mal-estar, sofrimento e sintoma: a psicopatologia do Brasil entre muros". (2015). Recuperado de [<https://www.youtube.com/watch?v=WkOpY4CiWY4>]. Consultado [18-05-2015].

El País, Cidades Inteligentes. Entrevista com Paulo Mendes da Rocha. Recuperado de [http://brasil.elpais.com/brasil/2015/02/04/politica/1423084557_163097.html] Consultado [18-05-2015].

FERNANDES, F. (2005). Arquitetura e sociabilidade na cidade universitária de São Paulo. Em: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO/Centro de Preservação Cultural. *Cidades Universitárias: Patrimônio Urbanístico e Arquitetônico da USP/Centro de Preservação Cultural*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado.

FERREIRA, J. S. W. (2007). *O mito da cidade-global: o papel da ideologia na produção do espaço urbano*. Petrópolis: Vozes, São Paulo: Editora Unesp, Salvador: Anpur.

INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. (2016). Proposta de Trabalho. Por que um Instituto de Estudos Avançados na USP? *Revista de Estudos Avançados*, vol. 1, nº 1, São Paulo, out./dez 1987. pp. 73-77. Recuperado de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141987000100007&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt]. Consultado [29-02-2016].

JACOBY, R. (1990). *Os últimos intelectuais*. São Paulo: Edusp.

MOOG, V. (2000). *Bandeirantes e pioneiros: paralelo entre duas culturas*. Rio de Janeiro: Graphia.

MOTA, C. G. (2011). *Educação, contraideologia e cultura*. São Paulo: Globo.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO/Centro de Preservação Cultural. (2005). *Cidades Universitárias: Patrimônio Urbanístico e Arquitetônico da USP/Centro de Preservação Cultural*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado.